

A disputa pela educação

FH anunciará ampliação nacional do Bolsa-Escola, programa que o PT elegeu como bandeira

Rodrigo França Taves

BRASÍLIA.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, estará anunciando segunda-feira o lançamento do Programa de Complementação de Renda Familiar — versão federal do Bolsa-Escola, o bem-sucedido programa da administração petista do Distrito Federal que se tornou uma das principais bandeiras da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. O lançamento, preparado a toque de caixa, será uma tentativa do Governo de se contrapor à maciça propaganda da oposição em torno do Bolsa-Escola. Paulo Renato dará a entrevista um dia antes da abertura, em Brasília, de um seminário promovido pelo Congresso para a discussão do programa criado pelo governador Cristovam Buarque.

Anúncio agora, mas convênios só depois das eleições

As cartilhas que serão apresentadas pelo ministro segunda-feira, com informações para os municípios interessados em participar do programa, ainda não estavam prontas ontem. O MEC esperava receber o texto do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) para mandá-lo à gráfica. A presidente do comitê gestor do programa, Sônia Móreira, disse que, embora o ministro tenha decidido fazer agora o lançamento do programa, somente depois das eleições o MEC poderá assinar os convênios com os municípios interessados em participar. A Lei Eleitoral proíbe repasses de verbas durante o período eleitoral.

O Programa de Complementação de Renda Familiar — criado a partir de uma lei de autoria do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) aprovada pelo Congresso no fim de 1997 — tem muitas semelhanças com o Bolsa-Escola, mas também muitas diferenças. Assim como o programa do DF, só dará bolsa para famílias com renda per capita inferior a meio salário-mínimo que tenham todos os filhos entre 7 e 14 anos matriculados em escolas públicas e exigirá comprovação mensal de assiduidade.

Governo federal pagará valores variáveis, em vez de salário fixo

A diferença é que, enquanto Cristovam paga um salário-mínimo mensal para todas as 23 mil famílias de baixa renda inscritas — totalizando 45 mil crianças — o programa federal repassará um valor variável, estabelecido por uma complicada equação prevista na Lei 9.533 e que dificilmente chegará ao salário-mínimo. A família ganhará R\$ 15 para cada criança de até 14 anos, menos 50% de sua renda familiar per capita. Pela lei, o valor nunca poderá ser inferior a R\$ 15, mas só chegará aos R\$ 130 pagos em Brasília se a família for grande.

Há um outro problema: só poderão se candidatar a receber a verba federal os municípios cuja receita tributária per capita não for superior à média estadual. A renda familiar per capita também tem de ser inferior à estadual. Pelos cálculos do próprio Ipea, essa restrição deixará de fora mais de dois mil municípios. Os que puderem participar serão obrigados, ainda, a dar uma contrapartida do mesmo valor gasto pelo Governo federal.



O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, Paulo Renato Souza: anúncio segunda-feira do lançamento do Programa de Complementação de Renda Familiar, versão federal do Bolsa-Escola de Cristovam

ção do DF, Paulo Valle — que foi procurado esta semana por assessores de Paulo Renato interessados em conhecer mais detalhes do Bolsa-Escola — o programa federal vai enfrentar alguns problemas. O primeiro é que o cálculo sobre o valor da bolsa destinada a cada família é complicado demais. O outro é mais difícil de se contornar:

— Boa parte dos municípios mais pobres do Maranhão, do Piauí e do Norte não poderá gastar dinheiro com o programa. Como a contrapartida é obrigatória, eles vão acabar ficando de fora.

— Sempre que o município tiver problemas, vai poder recorrer ao estado, às ONGs e até às empresas. No Toda Criança na Escola foi assim — respondeu Sônia.

Cristovam lança mais um programa na área de educação

Cristovam deve assinar hoje o decreto criando mais um programa pioneiro na área educacional, o Escola em Casa. Cerca de 500 alunos do Segundo Grau de escolas públicas do DF serão selecionados para trabalhar como monitores, dando aulas particulares para alunos de Primeiro Grau que estejam com dificuldades de aprendizagem. As aulas serão ministradas na casa dos alunos, na própria escola ou em prédios da administração de Brasília. Os monitores vão receber meio salário-mínimo por mês (R\$ 75), por dez horas de aulas particulares por semana. A Secretaria de Educação estima que serão ajudados, nesta primeira fase, cinco mil dos 310 mil estudantes da 1ª à 8ª séries do DF. ■

Segundo levantamento do Ipea, há no Brasil 10,3 milhões de famílias com renda per capita inferior a meio salário-mínimo e com filhos de até 14 anos. Se fosse pagar o valor mínimo de R\$ 15 para todas elas, o Governo gastaria cerca de R\$ 2 bilhões por ano. Se fosse dar uma média de R\$ 40 para cada família, teria de desembolsar R\$ 5 bilhões. Mas, em vez disso, o ministro Paulo Renato vai anunciar segunda-feira que o Governo pretende gastar R\$ 100 milhões em 1998

e um valor ainda não previsto em orçamento a partir de 1999.

Por causa dos poucos recursos destinados ao programa, o MEC pretende atender no primeiro ano a apenas 20% das famílias que se enquadram nos critérios da lei e, depois, ir acrescentando mais 20% dessas famílias a cada ano — de forma que todas as famílias que terão direito à complementação de renda estejam sendo atendidas em 2002.

Segundo Sônia, o Ipea ainda não teve

tempo de estabelecer o critério em relação às famílias que terão o privilégio de receber o dinheiro este ano.

— Por enquanto, só sabemos que, se os municípios não conseguirem usar os R\$ 100 milhões atendendo às primeiras 20% das famílias, podemos incluir algumas que só seriam atendidas nos próximos anos — disse Sônia, delegada do MEC no Rio e responsável pelo programa Toda Criança na Escola.

Para o secretário-adjunto de Educa-